

# CAIO PRADO JR. E A ANÁLISE DO CAPITAL ESTRANGEIRO NOS ANOS 50

Renato Perim Colistete (\*)

## Resumo

O artigo apresenta a análise do capital estrangeiro, desenvolvida, ao longo dos anos 50, por Caio Prado Jr., um dos mais importantes e influentes historiadores brasileiros. Como é bem conhecida, a questão dos investimentos das grandes empresas internacionais correspondeu a um tema fundamental nos debates econômicos e políticos durante todo este período. Na época, desenvolvimentistas, liberais e socialistas ortodoxos (ligados ao Partido Comunista) deram suporte às concepções mais influentes acerca do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico do país. Não obstante, procura-se sustentar no texto que um ponto de vista alternativo sobre o assunto pode ser encontrado nos artigos de Caio Prado Jr., na *Revista Brasiliense*, desde 1955.

## Palavras-chave

Caio Prado Jr., nacionalismo, capital estrangeiro

## Abstract

This paper presents the analysis of foreign capital developed by Caio Prado Jr. the recognized and influential Brazilian historian. Discussions on the direct investments from transnational firms became one important matter in political and economic agenda during de 1950's. As it is well known, *desenvolvimentistas*, liberals and orthodox socialists (from Communist Party), provided the major disputing views about the role of foreign capital in Brazilian economic development at the time. Nevertheless, we argue that an alternative standpoint on the subject arose from Caio Prado's articles in the *Revista Brasiliense* since 1955.

## Key words

Caio Prado Jr., nationalism, foreign capital

---

*O autor pertence ao Departamento de Economia da Unesp, Araraquara-SP e St. Antony's College, University of Oxford-UK.*

(\*) Este artigo beneficiou-se muito das inúmeras observações de Paulo Davidoff Cruz, Sérgio Silva e Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. Também desejo agradecer a Luis Carlos Prado, por seus comentários durante o X Encontro Nacional da Anpec (Curitiba, 1991), bem como a um parecerista anônimo desta revista pelas sugestões precisas que auxiliaram a redação final do texto.

## Introdução

Os anos 50 foram marcados por um intenso debate, entre as correntes de pensamento econômico, acerca da natureza das transformações produtivas e institucionais que eram entendidas como necessárias para a superação do atraso econômico brasileiro. Uma das dimensões privilegiadas deste debate correspondeu ao papel a ser ocupado pelos investimentos das grandes empresas internacionais no processo de industrialização.

Este ensaio pretende apresentar, de forma sintética, os principais pontos da visão de uma corrente teórica relativamente negligenciada nas avaliações do pensamento econômico da época, mas que deu forma a uma das abordagens mais originais ao tema do "capital estrangeiro" na década de 50. De fato, as teses elaboradas por Caio Prado Jr., que influenciaram, em larga medida, as posições críticas defendidas pela *Revista Brasiliense* na época, produziram um aparato analítico bem articulado, que contribuiu, de maneira decisiva, para estabelecer uma perspectiva teórica alternativa tanto à visão da esquerda ortodoxa (especialmente o PCB) quanto às idéias desenvolvimentistas, que se apresentavam como a principal vertente crítica ao pensamento liberal.

No primeiro caso, isto é, com relação à posição do Partido Comunista, a *Revista Brasiliense* e, principalmente, Caio Prado Jr. vinham apresentando um crescente distanciamento ao longo da segunda metade da década de 50. Isto ocorria, por exemplo, a respeito da visão, defendida pelo PCB, segundo a qual os investimentos externos americanos estariam associados à estagnação econômica, o que abria a possibilidade de apoio às inversões diretas de empresas européias, como forma de serem aproveitadas politicamente as "contradições imperialistas". Esta posição, firmada já no IV Congresso do Partido, em 1954, provavelmente contribuiu para a atitude ambígua assumida pelo PCB ante o governo Juscelino, ao contrário da postura crescentemente pessimista adotada por Caio Prado - conforme será visto adiante.<sup>(1)</sup>

Algo semelhante ocorria em relação aos desenvolvimentistas, que em suas diferentes versões assumiam uma posição que ia da defesa enfática das inversões estrangeiras a propostas que previam um maior controle para tais

---

(1) A posição adotada pelo PCB, em seu IV Congresso, a respeito do capital estrangeiro, pode ser verificada em PCB. "IV Congresso do PCB", in: CARONE (1982, p. 129-30).

iniciativas, embora sem rejeitar, absolutamente, o seu concurso como meio de estímulo à industrialização acelerada no país.<sup>(2)</sup> A visão de Caio Prado, como também poderá ser verificado a seguir, contrapôs-se frontalmente aos argumentos desenvolvimentistas, ao insistir em uma crítica à industrialização apoiada pesadamente no capital estrangeiro e alheia a reformas sociais e econômicas mais profundas.

Assim, dispondo de uma concepção rica e original do desenvolvimento histórico da economia brasileira (que não poderá ser tratada aqui), Caio Prado Jr. foi responsável por uma visão bastante peculiar da industrialização e do capital estrangeiro nos anos 50. Os diversos artigos publicados na *Revista Brasiliense* a partir de 1955, os livros "*Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*"(1954) e "*Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*"(1957) fundamentaram uma posição que era ao mesmo tempo nacionalista, ao postular a afirmação da nação mediante uma economia voltada ao mercado interno, apoiada em empresas nacionais e ainda dentro dos marcos do capitalismo; e radical, por rejeitar a atribuição de um papel progressista ao capital estrangeiro e propugnar reformas sociais e econômicas profundas.

A discussão a seguir está dividida em três partes básicas. A primeira, apresenta o ponto de vista de Caio Prado quanto aos impactos da internacionalização produtiva sobre a economia brasileira nos anos 50. A segunda, recupera a tentativa realizada pelo autor de elaborar uma concepção alternativa às teses desenvolvimentistas e liberais, rejeitando a abordagem do capital estrangeiro como um fenômeno estritamente técnico e/ou econômico. A terceira parte, por sua vez, procura reconstituir a gradativa radicalização de Caio Prado Jr. em sua análise do capital estrangeiro, na conjuntura da segunda metade dos anos 50. Por fim, apresentam-se alguns comentários finais a título de conclusão.

## 1. A Crítica à Estratégia da Internacionalização Econômica

Ao longo da segunda metade da década de 50, enquanto a maioria das correntes econômicas participava do clima de euforia que marcou a consolidação do governo de Juscelino Kubitschek, a *Revista Brasiliense* (fundada em

---

(2) Sobre o conceito de "desenvolvimentismo" e as suas correntes, ver BIELSCHOWSKY (1988, p. 7-8 e cap. 3).

1955) passou a caracterizar-se por uma postura cada vez mais crítica quanto aos rumos da industrialização e, em particular, quanto à intensa entrada de empresas internacionais na economia brasileira.

Um dos autores mais pessimistas a respeito desse processo foi Caio Prado Jr., o que pode ser constatado mediante os diversos artigos escritos para a *Revista Brasiliense*, até o fechamento desta em 1964.<sup>(3)</sup> Caio Prado apoiou-se em sua significativa produção historiográfica, que o levava a estudar desde o passado colonial brasileiro até os momentos mais expressivos do desenvolvimento capitalista do país no século XX (PRADO JR., 1933, 1942 e 1945). Em todos estes trabalhos, o autor adotou uma perspectiva analítica inspirada no materialismo histórico, procurando compreender a dinâmica do desenvolvimento de longo prazo no contexto das relações sociais típicas do país. O resultado foi uma abordagem original e bem elaborada do desenvolvimento econômico brasileiro, sem contar as inúmeras novidades apresentadas quanto a aspectos sociais e institucionais da história do país - presentes, sobretudo, em Prado Jr. (1933) e Prado Jr. (1942).<sup>(4)</sup>

Um fato importante para os nossos propósitos é que Caio Prado utilizou, em boa parte de sua análise histórica, duas categorias básicas, que tiveram um papel fundamental em suas opiniões sobre a natureza da sociedade brasileira. Com a primeira, "economia nacional", o autor procurava representar uma estrutura econômica e social com as seguintes características: uma base industrial setorialmente diversificada e integrada; uma estrutura agrária desconcentrada e produzindo uma ampla gama de bens e um mercado interno dinâmico, que indicasse tanto uma demanda diversificada como a integração das camadas sociais majoritárias ao mercado de consumo. Já com a segunda categoria, a "economia colonial", Caio Prado pretendia descrever praticamente o oposto desta figura, isto é, uma base produtiva essencialmente voltada ao exterior e fundada em estruturas de propriedade, renda e consumo extremamente desiguais. Assim, as transformações que se faziam necessárias (e que estavam parcialmente ocorrendo desde a Independência) para a superação do atraso econômico e social do país, deveriam

---

(3) Sobre a *Revista Brasiliense*, ver LIMONGI (1988), LIMA (1986), BEIGUELMAN (1989) e CHAVES NETO (1978).

(4) Ver, a respeito, COLISTETE (1991, cap. 3).

dar origem a uma estrutura econômica e socialmente integrada, apoiada principalmente nos impulsos dinâmicos de seu mercado interno.<sup>(5)</sup>

Caio Prado Jr. irá usar tal conceituação não somente em seus estudos gerais sobre a colônia e os séculos XIX e XX, mas também em sua própria análise dos investimentos estrangeiros no Brasil, na década de 50. Antes de mais nada, é preciso dizer que o autor reconhecia o virtual impulso à diversificação produtiva promovido pelos investimentos internacionais, capazes de reformular profundamente as estruturas econômicas existentes. Não obstante, segundo Caio Prado, tais investimentos também contribuiriam para reforçar as características da "economia colonial" na sociedade brasileira, uma vez que uma estratégia de crescimento, baseada fundamentalmente nos investimentos externos, não deveria conduzir a uma estrutura industrial articulada e à integração efetiva dos grupos sociais marginalizados ao mercado.

Com essa perspectiva, o autor adotou uma visão típica do marxismo clássico de início do século XX, segundo a qual as iniciativas das empresas internacionais em economias particulares se traduziriam em efeitos contraditórios: por um lado, levariam a resultados como a especialização produtiva e a instabilidade financeira, mas, por outro lado, teriam um potencial significativo de difusão de relações capitalistas.<sup>(6)</sup> Assim, ao mesmo tempo em que registrava os impactos positivos, em termos de diversificação produtiva, dos investimentos das empresas estrangeiras nos anos 50, Caio Prado sustentou que tais iniciativas induziriam três conseqüências negativas básicas, que indicavam antes o reforço das características de uma "economia colonial" do que a constituição das bases de uma "economia nacional".

O primeiro efeito seria a transferência de renda aos países capitalistas hegemônicos, por meio de lucros, juros e dividendos. Para Caio Prado, tais remessas debilitariam a acumulação doméstica, interferindo no dinamismo do desenvolvimento econômico, à medida que a "*parte de leão da mais-valia, proporcionada pelas atividades produtivas dos países subdesenvolvidos é por isso absorvida pelos empreendimentos internacionais que nelas concorrem (...). E assim*

---

(5) Sobre estas categorias, consultar NOVAIS (1986, p. 17-8); IANNI (1989, p. 66-8); DIAS (1989, p. 377-8); SILVA (1989, p. 303-5) e COLISTETE (1991, cap.3, partes 3.2 e 3.3).

(6) Sobre o que se chama aqui de "visão marxista clássica" das empresas internacionais, ver BREWER (1982, p. 16-7); DESAI (1987, p. 180); WARREN (1980, parte 1); BOWLES (1989) e PALMA (1981). Quanto à filiação de Caio Prado a esta perspectiva, consultar COLISTETE (1991, item 4.1).

*o capitalismo nacional não somente permanece fraco e se subordina cada vez mais ao sistema internacional dos trustes através de ligações e participação conjunta em negócios em que é obrigado a figurar na posição de sócio menor, como ainda se mostra incapaz de promover com as próprias forças o desenvolvimento nacional que fica assim paradoxalmente na dependência do mesmo fator que o embaraça, a saber, os empreendimentos e a iniciativa dos trustes internacionais.*"(PRADO JR., 1957, p. 208-9).

Tal perspectiva, que já fora adotada no livro "*História Econômica do Brasil*", de 1945, iria ganhar uma importância especial nos debates dos anos 50. A organização centralizada dos empreendimentos estrangeiros tenderia, segundo o autor, a absorver o excedente doméstico e a ampliar continuamente a sua participação nas principais atividades econômicas internas. Essa opinião fez com que Caio Prado passasse a identificar um foco crucial de divergência entre as inversões estrangeiras e grupos capitalistas domésticos. A importância prática deste ponto de vista é evidente, pois, de acordo com seu raciocínio, os efeitos do novo padrão de relações imperialistas emergentes na década de 50 teriam uma contrapartida interna, por envolverem a exploração não somente dos trabalhadores, mas também de segmentos das classes proprietárias do país. Desta maneira, ao sublinhar a questão da nacionalidade do capital, Caio Prado Jr. reafirmava uma posição, já esboçada nos anos 40, que concebia a existência de uma base social burguesa em conflito direto com a expansão das grandes empresas internacionais para seus mercados domésticos. Ainda assim, como será visto no terceiro tópico adiante, esta opinião do autor seria posteriormente reformulada já ao final da década de 50.

O segundo efeito negativo, indicado por Caio Prado, foi o da redução das margens de liberdade da política econômica e de coordenação do desenvolvimento. À medida que os padrões de exportação de capital para os países atrasados mostravam a predominância de grupos financeiros controlando recursos e tecnologia, as iniciativas destes últimos teriam uma enorme capacidade de intervenção em economias individuais. Assim, o poderio destes grupos financeiros seria de tal modo significativo que as suas estratégias particulares, orientadas exclusivamente por critérios de concorrência intercapitalista e valorização de suas massas de capital, tenderiam a condicionar sensivelmente o perfil e o desempenho das economias receptoras - supondo, obviamente, políticas liberais quanto ao capital estrangeiro (PRA-

DO JR., 1957, p. 196-200). De uma forma resumida, então, o apoio irrestrito às inversões estrangeiras como peça central de uma estratégia de desenvolvimento significaria, para Caio Prado, abdicar de uma orientação coordenada de decisões econômicas (volume de investimento, setores prioritários, estilo de financiamento, entre outras) que seriam cruciais para alcançar o objetivo de uma economia integrada nacionalmente.

Por fim, a terceira e última conseqüência notada pelo autor foi o impacto das inversões externas sobre o balanço de pagamentos. Para Caio Prado, o aporte maciço de investimentos e empréstimos internacionais tenderia a levar a uma instabilidade crônica nas contas externas do país, em virtude da contrapartida financeira destes fluxos em termos de lucros, dividendos e juros. De fato, segundo o autor, em uma economia como a brasileira nos anos 50, as iniciativas estrangeiras deveriam reforçar a tendência de um comportamento não-integrado dos principais itens do balanço de pagamentos. Inicialmente, as exportações continuariam sofrendo as conseqüências de dependerem de produtos primários, sujeitos a uma grande instabilidade nos mercados internacionais. Enquanto isso, a pauta de importações tenderia a crescer a um ritmo acelerado, pressionando cada vez mais as divisas geradas pelas exportações. (PRADO JR., 1957, p. 202-6)

O mais grave, no entanto, ficaria por conta das entradas voluntárias de capital, posto que as inversões estrangeiras deveriam ser progressivamente deslocadas para o atendimento do mercado doméstico, não gerando, assim, saldos comerciais significativos. Ao mesmo tempo, as remessas de recursos continuariam crescendo, não sendo compensadas necessariamente pelo aumento das aplicações internacionais. Como resultado, o sistema econômico deveria ser submetido a um processo de desequilíbrio crônico. Com efeito, a *"exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro e as novas inversões de capital - elementos esses que compõem o essencial das contas externas dos países subdesenvolvidos - não se relacionam entre si de maneira a variarem em função uns dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos uma tendência ao nivelamento dos itens respectivamente do deve e do haver. Trata-se de elementos desconectados entre si e ligados a circunstâncias próprias a cada qual e estranhas ao balanço das contas."*(PRADO JR., 1957, p. 202)

Em suma, para Caio Prado, a grande abertura da economia brasileira na segunda metade da década de 50 traria resultados, diretos e indiretos,

que contribuiriam para reafirmar um elenco de características de uma economia de tipo colonial - estruturas industrial e agrária desequilibradas, instabilidade financeira e ausência de coordenação das principais decisões econômicas, o que, indiretamente, impediria que fossem promovidas mudanças na situação das grandes parcelas da população em condições de exclusão social. Por esse motivo, o crescimento observado na época foi entendido como limitado e instável, não proporcionando as bases para um desenvolvimento orgânico e auto-sustentado, suposto no conceito de "economia nacional".<sup>(7)</sup>

É conveniente notar, porém, que esta perspectiva fez com que, muitas vezes, a intensa diversificação produtiva que estava ocorrendo no segundo lustro dos anos 50 não fosse percebida como um "real progresso", algo que constitui uma das principais inconsistências da visão de Caio Prado Jr. sobre o período, à medida que tendeu a obscurecer e confundir o seu próprio diagnóstico acerca das transformações materiais advindas da internacionalização econômica.<sup>(8)</sup> De qualquer modo, ainda que com tais problemas, a análise do autor fundamentou uma opinião distinta daquelas elaboradas pelas demais correntes de pensamento acerca da conveniência do capital estrangeiro para a industrialização brasileira. Este é, a propósito, o tema do próximo item.

## 2. A Alternativa à Internacionalização Produtiva

A partir do quadro esboçado acima sobre os efeitos da internacionalização econômica, Caio Prado sustentava que o caminho mais adequado para o desenvolvimento econômico do país deveria basear-se em outro tipo de inserção internacional e de relações com as empresas estrangeiras. De acordo com o autor, somente uma industrialização centrada em iniciativas nacionais privadas e públicas lograria superar as condições do atraso econômico. Esse arranjo não implicaria a exclusão do capital estrangeiro, mas este último deveria ter um lugar apenas subordinado no processo de industrializa-

---

(7) Ver PRADO JR. (1956a, p. 5); PRADO JR. (1958, p. 37-40); PRADO JR. (1959b, p. 13-5); PRADO JR. (1959a, p. 5) e PRADO JR. (1961a, p. 7-11).

(8) Tal fato tem levado a opiniões desfavoráveis (e, em geral, equivocadas) com relação à perspectiva de Caio Prado sobre a industrialização, como se vê em GORENDER (1989, p. 263-4); COUTINHO (1989, p. 126-9) e MANTEGA (1984, p. 258-61). Essa questão está desenvolvida em COLISTETE (1991, cap. 3 e 4).



ção, isto é, que não fosse capaz de condicionar, de maneira decisiva, o padrão de desenvolvimento doméstico.<sup>(9)</sup> Assim, a atuação coordenadora do Estado, em conjunto com a iniciativa privada nacional, poderia direcionar o desenvolvimento no sentido de uma integração setorial dinâmica (dos departamentos de bens de produção e de consumo), de mudanças no regime de propriedade e de elevação dos padrões de vida dos grupos sociais marginalizados, configurando uma estrutura social e econômica equilibrada (PRADO JR., 1957, cap. 8). Este foi o núcleo da posição nacionalista-radical elaborada pelo autor nos anos 40 e 50, que se opôs às idéias desenvolvimentistas e liberais da época.

O importante, para nossos propósitos, é notar que este ponto de vista alternativo de uma industrialização nacional foi influenciado diretamente pelas reflexões do autor sobre a oportunidade e significado do capital estrangeiro. De forma resumida, esta influência pode ser indicada por uma questão básica: o fato de Caio Prado ter rejeitado um argumento bastante difundido na época, segundo o qual a internacionalização produtiva correspondia a um imperativo técnico ou econômico. De acordo com tal argumento, as inversões estrangeiras seriam imprescindíveis para contornar a deficiência de poupança e a fragilidade tecnológica do país. Na maior parte das vezes, essa perspectiva concebia o investimento internacional enquanto uma dotação simples de recursos, capaz de elevar a eficiência do sistema e maximizar o bem-estar dos indivíduos.

A crítica de Caio Prado dirigiu-se, inicialmente, ao próprio conceito de capital adotado neste argumento. Em vez de uma mera transferência de um fator de produção, haveria antes a atuação centralizada da grande empresa internacional, com objetivos exclusivos de valorização de seus capitais e consolidação de posições diante de concorrentes diretos e potenciais (PRADO JR., 1957, p. 198-9; PRADO JR., 1958, p. 37-9; PRADO JR., 1959a, p. 4-5 e 7-10 e PRADO JR., 1962, p. 2-5).

---

(9) Na verdade, a posição de Caio Prado surge bastante radical em várias ocasiões (p. ex., PRADO JR., 1959a, p. 3-5), enquanto em outras reivindica a necessidade de controles e disciplina das atividades das empresas internacionais (p. ex., PRADO JR., 1962, p. 10). Mesmo assim, considera-se aqui que a essência de sua ótica nacionalista consistia mais em priorizar o controle das decisões econômicas fundamentais e a definição do padrão de desenvolvimento do que a exclusão simples e absoluta das iniciativas estrangeiras.

Uma outra crítica orientou-se para a tese de que a entrada de capital de risco induziria a uma elevação dos níveis de investimento, em uma escala superior ao que seria possível obter com as disponibilidades internas de financiamento.<sup>(10)</sup> A contestação básica deste argumento foi a de que a avaliação final do impacto das inversões, em uma economia aberta, não deveria restringir-se aos investimentos externos efetivados, mas teria de reportar-se ao saldo líquido destas entradas de capital e às remessas para o exterior. À medida que a observação dos fluxos financeiros do balanço de pagamentos do país indicava uma tendência persistente de as saídas de capital superarem as aplicações autônomas, Caio Prado e outros autores como Aristóteles Moura apontavam o fato paradoxal de que o efeito das inversões diretas era, na verdade, o de reduzir os níveis de poupança doméstica - ou seja, os recursos internos que poderiam ser canalizados para o financiamento de inversões. A opção mais plausível seria, de acordo com estes autores, a captação de empréstimos que viabilizassem a compra de bens essenciais e o financiamento de projetos de longa maturação. Esta era, segundo diziam, a modalidade de entrada de recursos que deveria ser privilegiada, por representar efetivamente um aumento na capacidade doméstica de financiamento, ser menos onerosa no plano das contas externas e favorecer a preservação do grau de autonomia em decisões econômicas estratégicas.<sup>(11)</sup>

Uma variante da tese anterior, mas com argumentos mais precisos, foi a defesa do capital estrangeiro a partir dos resultados positivos na geração de receitas cambiais. Segundo esta abordagem, a atração dos investimentos internacionais seria conveniente tanto pelas divisas adicionais criadas por empresas estrangeiras exportadoras, como pela redução da necessidade de cambiais proporcionada por firmas de origem externa que substituíssem importações. A crítica a este raciocínio, realizada sobretudo por Aristóteles Moura, baseou-se em dois pontos básicos. Sustentou-se, primeiro, que os efeitos de longo prazo sobre as divisas tendiam a ser negativos, como era a

---

(10) Esta discussão foi realizada também por outros autores socialistas da época, dentre os quais se destaca Aristóteles Moura. Seu livro influenciou bastante as posições nacionalistas da *Revista Brasiliense*, provavelmente, Caio Prado Jr., sendo, inclusive, editado originalmente pela Editora Brasiliense, em 1959. Cf. MOURA (1959).

(11) Ver PRADO JR. (1955, p. 90); PRADO JR. (1962, p. 9-10) e MOURA (1959, cap. 8 e 10). Esta posição, no entanto, foi bastante qualificada por Aristóteles Moura, ao ponderar sobre as condicionalidades políticas que acompanhavam mesmo os empréstimos públicos. Ver MOURA (1959, p. 232-41).

situação das indústrias substitutivas com grande participação estrangeira (MOURA, 1959, p. 308-10). Segundo, com referência ao caso das empresas exportadoras, dizia-se que a sua área privilegiada de atuação (na época, basicamente em atividades extrativas, como as de minério de ferro e manganês) trazia conseqüências, de ordem política e estratégica, algo indesejáveis para o país. Afirmando ser importante o incremento das exportações como forma de obter saldos cambiais, o autor defendia uma solução baseada em empresas nacionais, visando diversificar a pauta de produtos exportados e as áreas geográficas com que se estabeleciam, tradicionalmente, relações comerciais (MOURA, 1959, p. 306-8).

Se a criação de poupança adicional não poderia ser associada automaticamente aos investimentos diretos, por outro lado, os autores mencionados contestaram, igualmente, a tese de que o acesso à tecnologia moderna estivesse necessariamente vinculado às iniciativas diretas da grande empresa internacional. Assim, tanto a aquisição de equipamentos como a assimilação de processos produtivos modernos e de pessoal técnico qualificado foram vistas como requisitos que poderiam ser obtidos mediante negociações e contratos comerciais no mercado internacional. Para apoiar este argumento, Caio Prado e Aristóteles Moura utilizaram exemplos históricos (casos do Japão e URSS) que, para eles, indicavam as alternativas existentes de absorção de tecnologia e equipamentos em bases comerciais, que poderiam ser aproveitadas por empresas nacionais - públicas e privadas. Como conseqüência de tal opinião, os autores sustentaram que a via da internacionalização produtiva correspondia a uma opção relacionada às condições políticas e sociais dos países receptores e não a um imperativo técnico do desenvolvimento econômico (PRADO JR., 1954, p. 179-82; PRADO JR., 1955, p. 88-93; PRADO JR., 1962, p. 9 e MOURA, 1959, p. 319-28).

Como se vê, Caio Prado Jr. atribuía, essencialmente, às condições políticas e sociais vigentes na sociedade brasileira o papel de chave para explicar as novas tendências da industrialização que se estavam cristalizando na segunda metade da década de 50. Devido à sua importância para o autor, este ponto será discutido, a seguir, com um pouco mais de cuidado.

### 3. As Bases Sociais da Internacionalização Produtiva

Em meados dos anos 50, a opinião de Caio Prado a respeito dos grupos sociais organicamente vinculados à estratégia de consolidação de uma "economia nacional" compartilhava, em essência, as idéias difundidas entre a esquerda da época.<sup>(12)</sup> Um dos principais traços desta perspectiva consistia em ver boa parcela das classes hegemônicas domésticas - sobretudo o empresariado industrial - em conflito direto com as inversões estrangeiras. A partir de 1956, no entanto, diante dos acontecimentos do governo Juscelino, Caio Prado começaria a refletir mais criticamente sobre esta concepção. Isto terminaria por levá-lo a abandonar a idéia de que segmentos expressivos das classes governantes seriam um dos principais móveis das transformações que apontavam para uma economia nacional.

Esta foi uma das mudanças mais significativas na visão global do autor sobre a internacionalização econômica. De fato, já em inícios da década de 60, a percepção de Caio Prado sobre o capital estrangeiro iria assumir contornos acentuadamente radicais, uma vez que não mais se limitaria à rejeição dos investimentos externos como um dos meios adequados para impulsionar a industrialização, mas passaria a assinalar, também, a convergência de interesses das classes hegemônicas com a internacionalização produtiva.

O motivo desta progressiva radicalização da análise de Caio Prado parece estar associado, em grande medida, à política desenvolvimentista implementada ao longo da segunda metade dos anos 50. Até meados dessa década, a sua perspectiva favorável à industrialização nacional mantivera-se praticamente no interior dos mesmos marcos formulados na "*História Econômica do Brasil*", de 1945. Assim, no livro "*Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*" (1954) - obra que parece ter influenciado bastante o movimento nacionalista em ascensão (ver CHAVES NETO, 1978, p.139-42) -, Caio Prado indicava as três forças sociais que, segundo ele, destruiriam as resistências para a consolidação de uma "economia nacional". Em primeiro lugar, um "*proletariado industrial já francamente entrosado em relações capitalistas de produção e em rápido desenvolvimento, tanto quantitativo como qualitativo; em segundo lugar, um campesinato já esboçado e que encontrará na*

---

(12) Sobre as idéias da esquerda, em especial o PCB, ver BIELSCHOWSKY (1988, cap. 4); MANTEGA (1984, cap. 4); PRADO JR. (1966, cap. 2); COSTA (1976); RODRIGUES (1986); LOHNER (1985) e SANTOS (1988).

*reforma agrária o impulso de que necessita para integrar a economia rural brasileira em relações puramente capitalistas de produção; e finalmente uma burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital; e por isso mesmo capaz de dirigir sua iniciativa para estruturação de uma economia nacional.*"(PRADO JR., 1954, p. 236-7). Deste modo, a internacionalização econômica seria não somente um fator de desequilíbrio e instabilidade, mas também se oporia, diretamente, a interesses orgânicos de parte substantiva das classes burguesas domésticas.

É a partir desse ponto de vista que o governo de Juscelino Kubitschek passará a ser avaliado, desde sua posse em janeiro de 1956, nos sucessivos artigos da recém-fundada *Revista Brasiliense*.<sup>(13)</sup> Já em seu número 4, de março-abril de 1956, Caio Prado assinalava as contradições que, segundo ele, envolviam o projeto econômico do governo. Se, de um lado, o novo presidente manifestava uma "*posição tão definida e tão clara em face da transformação da economia brasileira e do seu aparelhamento técnico e industrial*" em que deveria ser apoiado, por outro lado, sua atitude quanto ao capital estrangeiro revelava uma percepção equivocada a respeito dos meios de condução àquele objetivo (PRADO JR., 1956a, p. 5). A idéia de "colaboração" das empresas internacionais, preconizada pelo novo governo, estaria inspirada, segundo o autor, na falsa opinião de que estes empreendimentos correspondiam a "*uma simples inversão de capital*", capaz de impulsionar as iniciativas e empreendimentos nacionais - quando na realidade, sustentava Caio Prado, estes seriam dominados pelas empresas estrangeiras (PRADO JR., 1956a, p. 1-3).

Apesar dessa crítica ao programa de industrialização do governo Juscelino, Caio Prado ainda mantinha, no artigo, uma opinião otimista quanto aos resultados práticos da proposta: "*embora o presidente pretenda realizar a transformação da economia brasileira com o concurso decisivo dos empreendimentos da finança internacional, logo será advertido da impossibilidade disso, e verificará que não é por essa via que se poderá realizar a industrialização brasileira em termos propriamente nacionais e condizentes com os verdadeiros interesses do País e da grande maioria da população.*"(PRADO JR., 1956a, p. 5). Além disso, haveria outra garantia contra o projeto de uma ampla internacionalização: o

---

(13) Sobre os principais eventos do governo Juscelino, consultar BENEVIDES (1976); CARONE (1985, p. 112-139); SKIDMORE (1980), cap. 5); MARANHÃO (1986, p. 257-94) e FLYNN (1978, cap. 7).

próprio movimento nacionalista que, segundo o autor, estava alcançando uma efetividade política substancial (PRADO JR., 1956a, p. 5-6).

No final do ano de 1956, esta projeção otimista já havia, em boa medida, sido desfeita. Diante da afirmação da política de incentivo aos capitais estrangeiros e dos resultados alcançados, Caio Prado passou a criticar explicitamente a manutenção da Instrução nº 113 da SUMOC, o apoio do BNDE a projetos de investimentos externos e a marginalização da Fábrica Nacional de Motores por parte do governo. O autor dizia, em vista disso, que embora eleito "*na base de um amplo programa de industrialização e desenvolvimento*", o governo não havia apresentado um "*plano concreto de realizações, nem mesmo uma explicação muito clara daquilo em que consiste (...) o desenvolvimento do país que não será por certo este punhado de medíocres dependências de trustes internacionais que se vem ultimamente instalando no Brasil, nem tampouco o sucesso comercial desses empreendimentos. O desenvolvimento brasileiro deve ter outro sentido e conteúdo que será, em primeiro lugar, o da elevação do nível de vida desta parcela considerável da população do país que antes vegeta do que vive humanamente.*" (PRADO JR., 1956b, p. 3).

Uma nova investida aberta contra o governo Juscelino somente apareceria, na *Revista Brasiliense*, em 1959. Nesta ocasião, Caio Prado não mais colocou em dúvida as enormes possibilidades de diversificação industrial trazidas com as inversões estrangeiras, preferindo dedicar-se a mostrar quais seriam, segundo ele, as alternativas de desenvolvimento existentes. Assim, em oposição à "economia nacional", haveria o caminho de crescimento sob as mesmas condições de desequilíbrio e desigualdade em que se havia pautado o desenvolvimento brasileiro até então. Esta seria a "*alternativa que se acha oficialmente reconhecida e adotada no Brasil*", desde quando o programa econômico do governo Juscelino passou a ser esboçado. Deste modo, "*[p]elo caminho que vamos seguindo, o processo de industrialização do nosso País, em vez de resultar num decisivo ascenso da economia brasileira, e acentuado ritmo de progresso dos padrões de vida do conjunto da população do País, irá dar simplesmente, como já está sendo o caso, em nova forma, embora mais complexa e menos aparente, de exploração imperialista (...).*" (PRADO JR., 1959a, p. 5).

Um fato que unifica estes artigos é que eles apresentam uma abordagem em que é suposta uma oposição central entre, de um lado, a internacionalização econômica incentivada pelo governo e, de outro, os interesses do

empresariado nacional. Pelo menos até 1959, Caio Prado insistiu nesta análise, a qual foi desenvolvida, com maior ou menor nitidez, por praticamente todos os trabalhos do autor durante o período.

Um exemplo bastante representativo disto encontra-se na crítica a uma tese defendida pela Associação Comercial de São Paulo, sobre o papel do capital estrangeiro na industrialização brasileira. Esta representação patronal havia apresentado, em um encontro sobre comércio exterior, uma "*[d]eclaração de princípio de que sem a elevação da renda nacional não é possível aumentar a taxa de formação de capitais nacionais, e de que sem investimentos estrangeiros não se conseguirá elevar rapidamente o nível de renda nacional, constituindo assim o processo de desenvolvimento, um círculo vicioso que só pode ser rompido pela entrada de capitais estrangeiros no País.*" (Apud PRADO JR., 1958, p. 33).

A réplica de Caio Prado a esta tese consistiu em dois pontos principais. Primeiro, sustentou que a formação de capitais patrocinada pelos investimentos estrangeiros seria canalizada, basicamente, para as próprias empresas internacionais (PRADO JR., 1958, p. 38). Segundo, as empresas internacionais passariam a controlar áreas potenciais ou já ocupadas pelas iniciativas nacionais. O desfecho desse argumento era óbvio: "*[n]este sentido portanto, as entradas de capital e as inversões estrangeiras somente podem ser prejudiciais, e nunca favoráveis, à formação e desenvolvimento de capitais nacionais que dependem daquelas boas oportunidades de inversão para progredirem e crescerem.*" (PRADO JR., 1958, p. 40).

Em vista destas evidências, entre outras, pode-se dizer que, no curso da segunda metade da década de 50, as análises de Caio Prado sobre o capital estrangeiro sempre tiveram implícita a hipótese de divergência de interesses entre as classes governantes domésticas e o amplo processo de internacionalização vivido no período. Mesmo com as manifestações de apoio à política voltada para a internacionalização, por parte de entidades patronais, o autor permaneceu insistindo na tese de que o desenvolvimento fundado no capital estrangeiro conflitava com as expectativas dos grupos sociais hegemônicos quanto ao que chamava de uma economia autônoma e integrada.

Esse ponto de vista começou a ser abandonado, porém, ao final do governo Juscelino, quando, provavelmente, os fatos econômicos e políticos dos anos anteriores estimularam a reformulação das teses originais. A pri-

meira indicação dessa mudança na ótica de Caio Prado aparece em um artigo na *Revista Brasiliense*, de novembro-dezembro de 1960, destinado a uma avaliação das eleições presidenciais que resultaram na escolha de Jânio Quadros. Caio Prado sugere que, após o final da II Guerra, os interesses do que denominou de "grande capital" passaram a articular-se com nitidez e eficiência crescentes, condicionando todo o conjunto da política econômica ao objetivo da industrialização acelerada (PRADO JR., 1960, p. 4-5). Dois indícios da ascendência dos grandes grupos econômicos teriam sido a criação do BNDE, "*cujos recursos (...) iriam servir para o financiamento de grandes negócios privados*" e a entrada, nos postos de comando da administração financeira, de "*representantes típicos de poderosos grupos econômicos*", tais como Horácio Lafer e Ricardo Jafet, respectivamente Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, no segundo governo Vargas.<sup>(14)</sup>

Ao centrar sua análise na noção de "grande capital" (ou "grandes negócios"), Caio Prado abandonava, na verdade, a idéia original de polarização dos "interesses nacionais" (reunindo trabalhadores e segmentos das classes hegemônicas) com o imperialismo. Uma das conseqüências dessa nova abordagem foi que se deixou de atribuir a imagem de "nacionalismo" ao segundo governo Vargas, enquanto a gestão de Juscelino teria sido, contrariamente, "internacionalizante" tese que o autor pelo menos deixara implícita em seus artigos de 1955-1959. Como alternativa, Caio Prado passou a identificar uma profunda convergência entre os interesses em ascensão dos grandes grupos econômicos nacionais, no após-guerra, e o capital estrangeiro.

Esta concepção, com seus desdobramentos, foi explicitamente formulada por Caio Prado no artigo de 1960: "*[a] política de amparo e estímulo à concentração capitalista e promoção do grande capital, implicava naturalmente o favorecimento do capital imperialista. Dentro do atual sistema internacional do capitalismo em que a economia brasileira se acha enquadrada, uma coisa não vai sem a outra. E vemos por isso se sucederem as medidas de amparo e fomento da penetração imperialista no Brasil. A primeira dessas medidas de grande alcance foi o restabelecimento da liberdade cambial, promovida por sinal pelo mesmo Sr. Horácio Lafer acima lembrado, na ocasião Ministro da Fazenda - o que bem*

---

(14) PRADO JR., (1960, p. 5). Sobre Horácio Lafer e Ricardo Jafet, consultar BELOCH & ABREU (1984, v. 2).



*mostra a solidariedade existente entre o grande capitalismo nacional e o imperialismo.*"(PRADO JR., 1960, p. 5).

A partir desse quadro interpretativo reformulado, Caio Prado iria ver o governo Juscelino menos como uma descontinuidade do que como um aprofundamento de tendências já anunciadas no período anterior. De fato, segundo o autor, "*[a] política de estímulo e promoção de desenvolvimento capitalista (o que significa o progresso da concentração e acumulação capitalistas em benefício do grande capital), e do imperialismo, dois aspectos, na realidade, de um só conjunto de interesses que são os do sistema internacional do capitalismo, aquela política alcança seu auge no governo prestes a findar do Sr. Juscelino Kubitschek. Ela é então não só proclamada expressamente como norma oficial de ação administrativa, mas ainda sistematizada num complexo de medidas destinadas a lhe dar um máximo de rendimento.*"(PRADO JR., 1960, p. 6-7).

Além de romper com uma análise esquemática, que interpretava a política liberal quanto ao capital estrangeiro, durante o governo Juscelino, como uma ruptura em relação às políticas econômicas precedentes, a ênfase sobre o "grande capital" foi importante para a superação da tese que estabelecia um conflito entre parcelas significativas das classes governantes e o capital estrangeiro. Essa nova abordagem seria confirmada em artigos posteriores na *Revista Brasiliense*, recebendo seu tratamento mais acabado no livro "*A Revolução Brasileira*", de 1966, onde Caio Prado desenvolveria uma ampla crítica às concepções predominantes entre a esquerda na época, inclusive àquelas relativas ao capital estrangeiro e à tese da burguesia nacional (PRADO JR., 1961a, p. 6-7 e PRADO JR., 1966).

#### 4. Comentários Finais

Nas páginas anteriores foram apresentadas as linhas principais da visão de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica na conjuntura dos anos 50. De maneira resumida, o percurso analítico do autor pode ser recuperado a partir de dois pontos básicos. Em primeiro lugar, a sua tentativa de analisar os fluxos de capital estrangeiro levando em conta a presença da grande empresa internacional, que estabelecia uma estrutura hierarquizada e centralizada de mobilização de recursos e tecnologia para os países capitalistas atrasados. Em segundo lugar, a tese de que a ampla internacio-

nalização produtiva, preconizada por outras correntes teóricas, não correspondia a uma estratégia exclusivamente fundada em considerações técnicas e/ou econômicas, relativas ao baixo nível de poupança doméstica ou à fragilidade tecnológica vigente no país. Antes disso, Caio Prado argumentou que aquela opção baseava-se em um arranjo social e político particular, que contemplava segmentos sociais específicos. Sugeriu também que este mesmo arranjo deveria produzir impactos, diretos e indiretos, sobre várias dimensões da sociedade. Apesar disso, muito pouco foi dito sobre as conexões entre os efeitos de ordem econômica (p. ex., a redução das margens de liberdade de coordenação do desenvolvimento) e os de natureza social (p. ex., manutenção de estruturas concentradas de renda).

De qualquer maneira, é possível notar que tal perspectiva sobre o capital estrangeiro distanciou-se, em grau considerável, das concepções dominantes no debate econômico da década de 50, em especial das correntes liberais e das desenvolvimentistas, estas últimas sensivelmente influenciadas pelas idéias cepalinas. E apesar do relativo isolamento diante das teses mais influentes sobre o capital estrangeiro no Brasil, é interessante perceber a semelhança das opiniões de Caio Prado sobre o tema com os argumentos de autores como Nicholas Kaldor e, em especial, Michal Kalecki, elaborados também nos anos 50. Estes dois economistas, partindo de referências teóricas distintas, chegaram, a exemplo de Caio Prado, a proposições bastante pessimistas, na época, acerca do papel das inversões estrangeiras no desenvolvimento dos países atrasados.<sup>(15)</sup>

Todas as reflexões do autor sobre o capital estrangeiro, por sua vez, foram importantes para a articulação de um ponto de vista alternativo e crítico dos rumos da industrialização brasileira na década de 50, baseado no que foi aqui chamado de nacionalismo radical. De fato, a sua insistência em conceber o desenvolvimento econômico como obra, basicamente, de capitais nacionais e do Estado foi, sem dúvida, um dos aspectos mais típicos e marcantes de sua atuação e de outros nomes da *Revista Brasiliense*, durante os anos 50. Isto levou-o, inclusive, a subestimar, em algumas ocasiões, a própria diversificação produtiva causada pelos investimentos externos.

---

(15) Ver KALDOR (1956) e KALECKI (1954). Sobre a visão de Kaldor, consultar PALMA & MARCEL (1989). Para as idéias de Kalecki, ver FITZGERALD (1990). Uma breve discussão das diferenças entre a visão cepalina e a destes autores sobre o capital estrangeiro encontra-se em COLISTETE (1992).

Além disso, incorreu freqüentemente, enquanto esteve vinculado ao movimento nacionalista, em uma concepção idealizada das vantagens das empresas nacionais ante as internacionais - concepção esta que possuía poucas evidências favoráveis à época.

Não obstante, os eventos do segundo lustro da década de 50 parecem ter sido implacáveis com a hipótese de Caio Prado de existência de uma base social ampla, incluindo segmentos expressivos das classes hegemônicas, que pudesse dar sustentação a um projeto nacionalista. O mesmo pode ser dito quanto às reformas sociais e institucionais que via como necessárias para que se desse substância ao que chamou de uma "economia nacional". O fato é que, a partir desse período histórico decisivo que foi a segunda metade da década de 50, as posições de Caio Prado (assim como o próprio cenário do debate econômico e social) passaram por uma radicalização crescente, o que culminaria com as teses expostas em "*A Revolução Brasileira*", já em outro contexto político e ideológico.

Por fim, vale dizer que embora a influência de Caio Prado tenha se limitado, à época, a círculos bem mais restritos do que aqueles envolvidos pelas teses liberais e desenvolvimentistas, a sua concepção nacionalista-radical atingiu áreas importantes do pensamento crítico da época - algo que pode ser indicado por meio da receptividade e da importância alcançada pela *Revista Brasiliense*. Somado este fato às contribuições originais do autor aos temas do capital estrangeiro e da industrialização, que foram tratadas no texto, parece correto dizer que a obra de Caio Prado constitui uma referência essencial para a reconstrução das ricas controvérsias que caracterizaram a conjuntura brasileira dos anos 50.

## Referências Bibliográficas

- BEIGUELMAN, P. A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D'INCAO, M. (ed.), *História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.
- BELOCH, I. & ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1985*. Rio de Janeiro: Forense/FGV/Finep, 1984.
- BENEVIDES, M. V. *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1988.
- BOWLES, P. Peripheral capitalist development revisited. *Studies in Political Economy*, v. 28, p. 183-203, Spring 1989.
- BREWER, A. *Marxist theories of imperialism. A critical survey*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- CARONE, E. *O PCB: 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A República liberal e a evolução política, 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1985.
- CHAVES NETO, E. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- COLISTETE, R. P. *O desenvolvimentismo e seus críticos. As idéias da Cepal e Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 50*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IE/UNICAMP, 1991.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento, distribuição de renda e capital estrangeiro: um comentário sobre a Cepal nos anos 50. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 4, p. 27-36, out-dez. 1992.
- COSTA, L. F. *Nacionalismo e alianças políticas, 1955-1958*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-Unicamp, 1976.
- COUTINHO, C. N. Uma via 'não-clássica' para o capitalismo. In: D'INCAO, M. (ed.), *História e ideal Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.
- DESAI, M. Comments on Sukhamoy Chakravarty: marxist economics and contemporary developing countries. *Cambridge Journal of Economics*, v. 11, n. 2, p. 179-80, June 1987.
- DIAS, M. O. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, M. (ed.), *História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.
- FITZGERALD, E. V. K. Kalecki on financing development: an approach to the macroeconomics of the industrialised economy. *Cambridge Journal of Economics*, v. 14, n. 2, p. 183-203, June 1990.
- FLYNN, P. *Brazil. A political analysis*. Essex: Ernest Benn, 1978.
- GORENDER, J. Do pecado original ao desastre de 1964. In: D'INCAO, M.(ed.), *História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.
- IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M.(ed.), *História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.

- KALDOR, N. (1956) Los problemas económicos de Chile. *In: KALDOR, N. Ensayos sobre política económica*. Madrid: Editorial Tecnos, 1971.
- KALECKI, M. (1954) O problema do financiamento do desenvolvimento econômico. *In: KALECKI, M. Economias em desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1988.
- LIMA, H. F. Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. *In: MORAES, R. et alii. (orgs.), Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMONGI, F. P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 5, p. 27-46, out. 1987.
- LOHNER, B. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-Unicamp, 1985.
- MANTEGA, G. (1984) *A economia política brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Polis/Vozes, 1987.
- MARANHÃO, R. O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964). *In: FAUSTO, B. (ed.), História geral da civilização brasileira. Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, tomo III, vol. 3, 1986.
- MOURA, (1959) A. *Capitais estrangeiros no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- NOVAES, F. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. *In: MORAES, R. et alii. (orgs.), Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *In: STREETEN, P. & JOLY, R. (eds.), Recent issues on world development*. Oxford: Pergamon Press, 1981.
- \_\_\_\_\_ & MARCEL, M. Kaldor on the 'discret charm' of the Chilean bourgeoisie. *Cambridge Journal of Economics*, v. 13, n. 1, p. 245-72, March, 1989.
- PRADO JR., C. (1933). *Evolução política do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982a.
- \_\_\_\_\_. (1942). *Formação do Brasil contemporâneo*. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982b.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

- \_\_\_\_\_. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. *Revista Brasiliense*, v. 2, p. 80-93, nov-dez, 1955.
- \_\_\_\_\_. O sentido da anistia ampla. *Revista Brasiliense*. v. 4, p. 1-11, mar-abr., 1956a.
- \_\_\_\_\_. A política brasileira. *Revista Brasiliense*, v. 8, p. 1-15, nov-dez., 1956b.
- \_\_\_\_\_. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- \_\_\_\_\_. Capitais estrangeiros e capitais nacionais. *Revista Brasiliense*, v. 18, p. 33-42, jul-ago., 1958.
- \_\_\_\_\_. Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional. *Revista Brasiliense*, v. 23, p. 1-10, maio-jun., 1959a.
- \_\_\_\_\_. Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, v. 24, p. 9-15, jul-ago., 1959b.
- \_\_\_\_\_. As eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense*, v. 32, p. 1-18, nov-dez., 1960.
- \_\_\_\_\_. A Instrução 204 e a política econômica brasileira. *Revista Brasiliense*, v. 35, p. 1-12, maio-jun., 1961a.
- \_\_\_\_\_. Panorama da política brasileira. *Revista Brasiliense*, v. 38, p. 1-15, nov-dez., 1961b.
- \_\_\_\_\_. O projeto de lei de remessa de lucros. *Revista Brasiliense*, v. 41, p. 1-11, maio-jun., 1962.
- \_\_\_\_\_. (1966) *A revolução brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODRIGUES, L. M. Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (ed.), *História geral da civilização brasileira. Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, tomo III, vol. 3, 1986.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SILVA, S. A crítica ao capitalismo real. In: D'INCAO, M. (ed.), *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Jr*. São Paulo; Brasiliense/UNESP, 1989.
- SKIDMORE, T. *Brasil. De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WARREN, B. *Imperialism. Pioneer of capitalism*. London: NCB, 1980.

---

(Recebido em maio de 1994. Aceito para publicação em outubro de 1994).